

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsulde Minas.edu.br

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais realizada em 06 de junho de 2011.

1 Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às treze horas e trinta minutos, na sala
2 de reuniões do Campus Muzambinho, sob a Presidência do Reitor **Sérgio Pedini**, realizou-se a
3 Reunião Ordinária do Conselho Superior, estando presentes os Senhores Conselheiros: **Mauro**
4 **Alberti Filho** e **Cléber Ávila Barbosa** - Representantes dos Servidores Docentes; **Juliano**
5 **Antônio de Freitas** e **Marcelo Rodrigo de Castro** – Representantes do Corpo Discente;
6 **Wanderley Fajardo Pereira** e **Antônio Carlos Guida** – Representantes dos Servidores
7 Técnicos Administrativos; **Marco Antônio Ferreira** – Representante dos Egressos; **Antônio**
8 **Carlos Anderson** e **Claudinei Honório da Silva** - Representantes Entidades Patronais; **José**
9 **Olimpio da Silva** e **Elissa de Castro Caixeta Azevedo** – Representantes das Entidades dos
10 Trabalhadores; **Denner Dias Casagrande** e **Pedro Paulo de Oliveira Fagundes** –
11 Representantes do Setor Público ou Estatal; **Luiz Carlos Machado Rodrigues** e **Ademir José**
12 **Pereira** – Representantes dos Diretores Gerais dos Campi. Foi convidado para participar desta
13 reunião, **Honório José de Moraes Neto** – Chefe de Gabinete. O Presidente iniciou a reunião
14 desejando boa tarde e agradecendo a todos pela presença, em especial agradeceu ao Luiz Carlos
15 pela acolhida no Campus Muzambinho, disse ser importante esse contato dos conselheiros com
16 os campi. Logo após, leu a pauta, sendo: 01. Palavra do Presidente; 02. Verificação do Quorum
17 do Conselho Superior (Secretário); 03. Aprovação da Ata da Reunião do dia 28 de março de
18 2011; 04. Aprovação dos Regulamentos do CAPI e do NAPI; 05. Aprovação da Criação do
19 Comitê de TI; 06. Aprovação de novas denominações de curso do Campus Inconfidentes: Curso
20 de Formação Pedagógica para Programa Especial de Formação Pedagógica de docentes e Curso
21 de Especialização em Ciências para Curso de Especialização em Educação em Ciências; 07.
22 Aprovação da alteração no Organograma do Campus Inconfidentes; 08. Aprovação da
23 retificação de carga horária do Curso de Especialização em Educação Infantil; 09. Aprovação do
24 Certificado e da Resolução Normativa – Sistema de Dignidade Acadêmica; 10. Aprovação do
25 Manual de procedimentos relativos ao estágio probatório e à aquisição da estabilidade dos
26 servidores do IFSULDEMINAS; 11. Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em
27 Hospedagem (Campus Inconfidentes); 12. Aprovação da Resolução Normativa para adequação e
28 implantação de Polo de Rede; 13. Aprovação do Modelo do Termo de Cooperação Técnica; 14.
29 Curso Técnico em Segurança do Trabalho (Checklist); 15. Aprovação das autorizações para
30 mudança de turno de cursos do Campus Muzambinho: Curso de Ciências Biológicas e Curso de
31 Ciência da Computação; 16. Expedientes (Presidente e Secretário). O Presidente solicitou ao
32 Secretário Wanderley Fajardo que fizesse a verificação do quorum, estando presente dezesseis
33 dos dezoito membros, havendo assim quorum para a reunião. Prosseguido questionou se todos
34 haviam recebido a Ata da reunião do dia vinte e oito de março, ao que todos responderam ter
35 recebido. Colocou em discussão a Ata, o Conselheiro Juliano solicitou que fizesse uma correção
36 na linha 131 onde estava escrito “sozinho” colocar “sem a participação efetiva”. Marco Antônio

37 disse que poderia ser colocado tudo o que trata na reunião, colocar na íntegra, e que não constou
38 toda a discussão da reunião anterior. Disse também que a Ata é um instrumento formal onde fica
39 como um memorial para o Conselho. Falou que na reunião achou procedente a atitude do reitor
40 em convidar o procurador para responder a quaisquer questionamentos e que o Conselho não
41 teria competência para julgar a materialidade. O Conselheiro Pedro Paulo comentou que o papel
42 dos conselheiros era para dar um respaldo, ou não, ao posicionamento do reitor, e isso constava
43 na ata. O Presidente falou que essa reunião aconteceu em 28 de março e que até o presente
44 momento não recebeu nenhum comunicado de recurso. Marco Antônio disse que já passou o
45 prazo para apresentação de recurso. O Presidente colocou em votação a aprovação da Ata, sendo
46 aprovada por todos. A correção foi realizada e todos assinaram. Dando continuidade a pauta,
47 item 04. Aprovação dos Regulamentos do CAPI e do NAPI. O Presidente disse que desde o
48 início de sua gestão como Reitor, vem propondo algumas regulamentações de atividades do
49 Instituto e do Ambiente organizacional. Disse também que avançando para um ambiente
50 institucional, mostrar quem são os atores, que atuam com o Conselho Superior e que, envolve
51 leis, culturas organizacionais e regulamentações. Falou sobre o Colegiado de Administração e
52 Planejamento Institucional (CAPI) é órgão normativo e consultivo, de assessoramento da
53 Reitoria, no que tange às políticas de administração, planejamento e desenvolvimento
54 institucional e sobre o Núcleo Avançado de Administração e Planejamento Institucional (NAPI)
55 que é órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Diretoria do *campus* e do CAPI, no
56 que tange às políticas de administração, planejamento e desenvolvimento institucional. Disse
57 que o NAPI já vem funcionando internamente, envolve diversos setores e discutem as atividades
58 de planejamento. Questionou aos membros se haviam dúvidas. Wanderley disse que o CAPI já
59 vem funcionando, com algumas câmaras, e já estão regulamentando padronização de
60 documentos e questão de editais de contratos. Disse estar sendo importante, além de estar
61 pensando nessa padronização é uma oportunidade de trocar ideias entre os Campi, contribuindo
62 bastante na área de administração. O Presidente colocou em discussão a aprovação dos
63 Regulamentos do CAPI e do NAPI. Antônio Carlos Guida propôs que no Regulamento do CAPI
64 parágrafo 1º do artigo 2º. tire o inciso VII. Onde se lê: §1º. Os membros do Colegiado de
65 Administração e Planejamento Institucional (CAPI) identificados nos incisos VII e VIII do *caput*
66 deste artigo serão escolhidos pelos seus pares, juntamente com os respectivos suplentes
67 (substitutos legais) e terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução
68 consecutiva. Lê-se: §1º. Os membros do Colegiado de Administração e Planejamento
69 Institucional (CAPI) identificados nos incisos VIII do *caput* deste artigo serão escolhidos pelos
70 seus pares, juntamente com os respectivos suplentes (substitutos legais) e terão mandato de 2
71 (dois) anos, sendo permitida a sua recondução. Luiz Carlos também solicitou essa alteração.
72 Wanderley disse que no Regimento está assim dessa forma colocando, sendo permitida uma
73 única recondução consecutiva. O Presidente disse que o Regimento será todo reformulado e
74 lembrou que na última reunião foi aprovado a análise do Regimento por mais um ano. Registre-
75 se nesta Ata que seja alterado no Regimento também a alteração proposta de correção. Antônio
76 Carlos Guida propôs também no Regulamento do NAPI, no artigo 2º. colocar o parágrafo 4º no
77 lugar do 1º, ficando o este como 2º. E assim sucessivamente. Ficando assim: §1º. Os membros
78 do Núcleo Avançado de Administração e Planejamento Institucional (NAPI), identificados no
79 inciso II, serão escolhidos pelos seus pares, juntamente com os respectivos suplentes (substitutos
80 legais) e terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução consecutiva.
81 §2º. Serão criadas as câmaras de discussão: uma para Contratos e Licitações, uma para Serviços
82 Gerais e uma para Orçamento e Finanças, que serão convocadas conforme necessidade e a pauta
83 em discussão pelo NAPI. §3º. Os membros do Núcleo Avançado de Administração e
84 Planejamento Institucional (NAPI) definirão a composição de cada câmara. §4º. Os membros do
85 Núcleo Avançado de Administração e Planejamento Institucional (NAPI) identificados nos
86 incisos de I do *caput* serão membros natos e cumprirão mandato em concordância com o tempo

87 em que se mantiverem na função. §5°. Poderão ser criadas comissões de apoio para discussão
88 conforme o tema a ser abordado. O Presidente colocou em votação a aprovação dos
89 Regulamentos do CAPI e NAPI, sendo aprovado com as alterações. Seguindo a pauta, item 05.
90 Aprovação da Criação do Comitê de TI. O Presidente falou da tamanha importância, não só com
91 a modernização que é evidente, como os sistemas de controle que passam pela informatização,
92 assim tendo de ser monitorado. Disse que na gestão passada foi feita uma portaria indicando
93 nomes para compor o Comitê de TI, mas não chegou a funcionar e não tinha uma normatização.
94 Disse que através da Diretoria de TI, cujo diretor é o Fábio, foi proposta a criação do Comitê de
95 TI e a sua regulamentação e trouxe para apreciação do Conselho e aprovação. Disse também que
96 já tem bastante assunto a ser tratado por esse Comitê, como sistema de gestão e questões mais
97 pontuais. Falou que os membros serão: Diretor de TI, Pró-Reitores e representantes das
98 diretorias de TI dos campi. Colocou em votação a aprovação da criação do Comitê de TI, sendo
99 aprovado por todos. Prosseguindo, item 06. Aprovação de novas denominações de curso do
100 Campus Inconfidentes: Curso de Formação Pedagógica para Programa Especial de Formação
101 Pedagógica de docentes e Curso de Especialização em Ciências para Curso de Especialização em
102 Educação em Ciências. O Presidente disse que por determinação do próprio Conselho Superior
103 tudo o que é ligado a Ensino é passado pela Pro-Reitoria de Ensino para o de acordo. Disse que
104 nestas solicitações constam o “De acordo” do Pró-Reitor de Ensino. O Presidente disse então,
105 para referendar novas denominações de cursos do Campus Inconfidentes: Curso de Formação
106 Pedagógica para Programa Especial de Formação Pedagógica de docentes e Curso de
107 Especialização em Ciências para Curso de Especialização em Educação em Ciências. Colocou
108 em discussão e votação, sendo aprovado por todos. Dando continuidade, item 07. Aprovação da
109 alteração no Organograma do Campus Inconfidentes. O Presidente leu a solicitação do Diretor
110 Ademir com relação a alteração no organograma do Campus Inconfidentes: alteração na
111 nomenclatura da função de Coordenação dos Cursos de Licenciatura, código FG-4, para
112 Coordenação do Curso de Biologia, código FG-4, colocou em votação, sendo aprovada.
113 Prosseguindo, item 08. Aprovação da retificação de carga horária do Curso de Especialização em
114 Educação Infantil. O Presidente colocou em votação a aprovação da retificação de carga horária
115 do Curso de Especialização em Educação Infantil, conforme consta na Resolução 082/2010,
116 onde se lê: 390 (trezentos e noventa) horas, leia-se: 360 (trezentos e sessenta) horas. Ademir
117 disse que o erro está na Resolução e que no projeto está certo. Todos aprovaram a retificação da
118 carga horária na Resolução 082/2010. Dando continuidade, item 09. Aprovação do Certificado e
119 da Resolução Normativa – Sistema de Dignidade Acadêmica. O Presidente disse que é uma
120 proposta da Pro-Reitoria de Ensino, normatizar o sistema de dignidade acadêmica. Luiz Carlos
121 disse que tem que ser semestralmente e não anualmente. Todos concordaram. No artigo 7º, onde
122 se Lê: eficiência acadêmica trocar por dignidade acadêmica. Ficando assim: Artigo 7º – Para
123 comprovar a dignidade acadêmica do aluno, a Seção de Registros Escolares fará uma declaração
124 atestando a obtenção das médias referentes aos títulos e a Seção de Orientação Educacional fará
125 documento comprobatório de que o aluno não sofreu qualquer sanção disciplinar. O Presidente
126 colocou em votação a aprovação do modelo do certificado de Dignidade Acadêmica, sendo
127 aprovado sem observações e a Resolução Normativa foi aprovada com as alterações. Item 10.
128 Aprovação do Manual de procedimentos relativos ao estágio probatório e à aquisição da
129 estabilidade dos servidores do IFSULDEMINAS. O Presidente falou que segundo Di Pietro, o
130 período compreendido entre o início do exercício e a aquisição da estabilidade é denominado de
131 estágio probatório e tem por finalidade apurar se o funcionário apresenta condições para o
132 exercício do cargo, referentes à moralidade, assiduidade, disciplina e eficiência. Disse que é o
133 período de avaliação do desempenho de servidor nomeado para cargo de provimento efetivo,
134 com o intuito de constatar a sua aptidão técnica e comportamental para o cargo ocupado. Trata-
135 se de uma exigência legal, prevista no artigo 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
136 Falou que o Manual de Procedimentos relativos ao estágio probatório e à aquisição da

137 estabilidade dos servidores do IFSULDEMINAS foi elaborado pela PROPLAN, tem um
138 documento base que está sendo elaborado pela Câmara de Desenvolvimento Institucional do
139 CONIF, quase trinta documentos, falou que não são oficiais porque o CONIF não tem esse papel
140 regulamentador, ele é apenas um conselho político. Disse que o que torna cada documento
141 oficial é o Conselho Superior de cada Instituto. Falou que estava trazendo para o Conselho
142 Superior para que haja um respaldo, na Reitoria e nos Campi, que ajude a fazer a montagem do
143 processo dessa avaliação de estágio probatório. Wanderley disse que há dois pontos importantes
144 a ser considerado: a responsabilidade enquanto servidor público, tão criticado durante muito
145 tempo, com esse critério de avaliação, sendo eficiente nesses três anos, sendo acompanhado e
146 informado desse processo de avaliação; e o ponto é a cobrança que está tendo as instituições com
147 relação ao coeficiente do número de servidor, o servidor que não corresponde vai complicar para
148 o gestor o coeficiente de todo o sistema. Disse que precisam regulamentar isso e colocar para
149 funcionar. Ademir disse que essa avaliação é contínua, o servidor continua a ser avaliado e que
150 estágio probatório do título deveria sair porque o sistema é o mesmo de avaliação. Marco
151 Antônio questionou se a regulamentação é federal, se há a necessidade de mudar e se ela abre
152 precedente para ser contínua a fiscalização. O Presidente disse que o que há é uma avaliação de
153 desempenho e que esse caso é mais detalhado por ser avaliação de estágio probatório. Ademir
154 falou da Normativa Docente como critério de avaliação. Mauro também falou da questão dos
155 docentes, da Normativa Docente. O Presidente disse que a Normativa docente pode ajudar o
156 gestor a tomar decisão, mas não decidir sozinho. Ademir falou de um caso de perseguição com
157 relação a avaliação de um servidor, na parte administrativa, quando foram avaliar deram uma
158 nota sete, mesmo ele trabalhando em projetos, dando aula, etc e quando foi discutido a
159 Normativa Docente, uma das ferramentas interessante era que se ele é bem avaliado na
160 Normativa Docente como pode não ser pelo Estágio Probatório, mas isso pode ocorrer. O
161 Presidente disse que a Normativa não discute moralidade e que a Avaliação é mais completa.
162 Disse também que tem de ser muito criterioso e tomar muito cuidado Luiz Carlos disse que os
163 pesos das avaliações devem ser iguais, devem ser avaliados a cada seis meses. Mauro disse que
164 média ponderada não caberia. O Presidente propôs ser os pesos 2, 4 e 4. Disse que prefere
165 atribuir ao chefe imediato a responsabilidade de avaliar. Mauro falou de questões políticas que
166 podem ocorrer quando a avaliação é atribuída ao chefe imediato e que a Comissão vai trabalhar
167 os números apenas. O Presidente disse que discorda, assim como pode haver uma perseguição
168 política pode haver uma proteção política e que como gestor máximo da Instituição se houver
169 algum caso de perseguição política com diretores ou chefes imediatos vai ser aberto um processo
170 administrativo, uma sindicância para punir o mesmo. Luiz Carlos disse que quem tem de avaliar
171 é o chefe imediato que está ali perto. O Presidente propôs a aprovação do Manual de
172 Procedimentos de Estágio Probatório e para próxima reunião voltar a discussão, junto com a
173 Normativa Docente, a aprovação da CPPD, CIS e Comissão de Ética que estava em expedientes
174 nesta reunião. Todos concordaram. O Presidente solicitou que o Mauro e o Marcelo Leite
175 discutam e que haja realmente um debate. Logo após, colocou em votação a aprovação do
176 Manual de Procedimentos relativos ao estágio probatório e à aquisição da estabilidade dos
177 servidores do IFSULDEMINAS, sendo aprovado com as seguintes alterações: Diminuir
178 interstício para seis meses, diminuir o excesso de peso no final, ficando 1º. Período com peso 2,
179 2º. Período com peso 4 e 3º. Período com peso 4 e incluir a Normativa Docente como indicador
180 de produtividade. Dando continuidade, item 11. Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso
181 Técnico em Hospedagem (Campus Inconfidentes). O Presidente disse que novamente com o de
182 acordo da Pró-Reitoria de Ensino e já passou pelo CEPE foi encaminhado para aprovação o
183 Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem do Campus Inconfidentes. Ademir disse
184 que o curso Técnico Subsequente em Hospedagem está voltado para o crescimento da Indústria
185 Hoteleira, setor este que nos últimos anos vem se desenvolvendo, gerando empregos em todo o
186 mundo. Disse também que o curso Técnico Subsequente em Hospedagem tem o objetivo de

187 desenvolver no aluno um espírito empreendedor, dinâmico, criativo, e aptidão para prover
188 soluções rápidas e eficientes, características estas, essenciais para os profissionais que hoje são
189 exigidas pelo competitivo mercado de trabalho. Falou que a área de atuação abrange empresas de
190 turismo, hospedagem e eventos com atividades de várias naturezas, direcionadas à prestação de
191 serviços em hotéis nos setores de alimentos e bebidas, hospedagem, marketing; áreas correlatas
192 como gastronomia, lazer, recreação e cruzeiros marítimos ou, ainda em hospitais, clínicas, spas e
193 shopping centers, agencias de turismo e eventos em geral. Disse que o Técnico Subsequente em
194 Hospedagem pode exercer atividades ligadas ao planejamento e gestão, organização e
195 administração nos setores hoteleiros, extra-hoteleiros como agenciamento de viagem e lazer e
196 eventos. A principal função dessas empresas, entretanto, é a de proporcionar a satisfação dos
197 desejos e necessidades dos usuários/hóspedes. Ademir disse que o curso terá periodicidade letiva
198 semestral, com carga horária total de 800 horas, sendo 200 horas destinadas para conclusão de
199 estágio supervisionado. Ofertará 35 vagas anuais no período noturno; e será realizado na
200 modalidade presencial, na cidade de Ouro Fino, no Polo que está sendo criado com parceria da
201 secretaria de estado que vai ceder o local, será um curso subsequente de dois anos e terá apoio da
202 prefeitura de Ouro Fino também. O Presidente colocou em votação, sendo aprovado por todos.
203 Os próximos três itens da pauta (12, 13 e 14) foram discutidos juntos. Item 12. Aprovação da
204 Resolução Normativa para adequação e implantação de Polo de Rede. O Presidente leu o
205 memorando onde explicava que a Resolução Normativa foi elaborada a partir de reunião entre o
206 Pró-Reitor de Ensino e os Coordenadores de Polo de Rede do IFSULDEMINAS a partir de
207 encaminhamento realizado pelo Colégio de Dirigentes no dia 18 de abril de 2011. Colocou em
208 discussão e votação a Resolução Normativa para adequação e implantação de Polo de Rede,
209 sendo aprovada por todos. Prosseguindo, Item 13. Aprovação do Modelo do Termo de
210 Cooperação Técnica. O Presidente disse que se trata de um modelo para celebrar os convênios
211 com as prefeituras. Disse que a partir de um contato com a prefeitura estabelecer um convênio,
212 onde a prefeitura se encarregue dos custos da estrutura e o Campus se encarrega do
213 acompanhamento pedagógico. Luiz Carlos solicitou que os convênios que já existem fiquem
214 como está e que a partir da renovação dos contratos sigam o Modelo, todos concordaram.
215 Ademir solicitou que tirassem do item 2.1 "sem ônus para o município", os conselheiros não
216 concordaram. O Presidente colocou em votação, sendo aprovado. Item 14. Curso Técnico em
217 Segurança do Trabalho (checklist). O Presidente disse que o próprio processo de Normatização
218 prevê um checklist mínimo, e apresentou a primeira proposta de checklist que o Instituto criou
219 baseado na experiência dos campi. Colocou em votação o checklist do Curso Técnico em
220 Segurança do Trabalho, sendo aprovado por todos. Item 15. Aprovação das autorizações para
221 mudança de turno de cursos do Campus Muzambinho: Curso de Ciências Biológicas e Curso de
222 Ciência da Computação. Luiz Carlos solicitou aprovação para a criação de turno do curso de
223 Ciências Biológicas, Campus Muzambinho, no período integral, com entrada bianual, mantendo
224 o curso noturno e a criação de turno do curso de Ciências da Computação, Campus
225 Muzambinho, para período integral, com entrada anual, mantendo o curso noturno. Luiz Carlos
226 justificou que essa solicitação se deve ao fato de que, conforme diagnóstico da Coordenação de
227 Curso, o público de alcance do curso é formado por jovens que podem se dedicar integralmente
228 aos estudos e ainda não atuam no mercado de trabalho. O Presidente disse que essas solicitações
229 já passaram pela Pró-Reitoria de Ensino. Colocou em votação, todos aprovaram. Item 16.
230 Expedientes. O Presidente disse que como expedientes, havia uma solicitação do Diretor Geral
231 do Campus Inconfidentes, para revogar a resolução 003, de 15 de agosto de 2007, que normatiza
232 a concessão de bolsa alimentação para alunos dos cursos de graduação, aprovada pelo antigo
233 Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, tal resolução encontra-se
234 desatualizada, faz-se necessário a elaboração de novas normas e que tal concessão é de caráter
235 interno do Campus Inconfidentes e não envolve valores/ orçamento, sendo mais viável a
236 normatização através de portaria interna. Ademir justificou que é demanda dos próprios alunos a



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Marcos', 'N', 'P', 'W', 'S', and 'F'. There is also a large blue ink signature on the right side of the page.

237 Regulamentação de bolsas alimentação, independentemente do período em que o aluno está.
238 Disse que o aluno que recebe a bolsa alimentação vai participar de alguma atividade pedagógica.
239 O Presidente solicitou que seja encaminhado a Pro-Reitoria de Ensino para que possa ser
240 elaborada para todo o instituto e propôs que deixem para a próxima reunião a continuidade das
241 discussões desse item, para que seja feito uma análise melhor. Solicitou também que encaminhe
242 ao CADEM e que tenha acompanhamento jurídico da Reitoria, deliberando uma consulta ao
243 Procurador. Todos concordaram. Tendo finalizada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de
244 todos e declarou encerrada a reunião às dezessete horas e dez minutos. Eu, R.R. Aleixo
245 Rosana Aparecida Rennó Moreira Aleixo, Secretária “ad hoc” deste Conselho, lavrei a presente
246 Ata, que após apreciação será assinada por todos os presentes. Muzambinho, seis de junho de
247 dois mil e onze.

Sérgio Pedini – Reitor

Presidente do Conselho Superior S. Pedini

Mauro Alberti Filho – Representante dos Servidores Docentes

Membro Titular Mauro Alberti Filho

Cleber Ávila Barbosa – Representante dos Servidores Docentes

Membro Suplente Cleber Ávila Barbosa

Juliano Antônio de Freitas – Representante do Corpo Discente

Membro Titular Juliano Antônio de Freitas

Marcelo Rodrigo de Castro – Representante do Corpo Discente

Membro Suplente Marcelo Rodrigo de Castro

Wanderley Fajardo Pereira – Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Membro Titular Wanderley Fajardo Pereira

Antônio Carlos Guida – Representante dos Servidores Técnicos Administrativos;

Membro Titular Antônio Carlos Guida

Marco Antônio Ferreira – Representante dos Egressos

Membro Titular Marco Antônio Ferreira

Elissa de Castro Caixeta Azevedo – Representante das Entidades dos Trabalhadores

Membro Titular Elissa de Castro Caixeta Azevedo

Denner Dias Casagrande – Representante do Setor Público ou Estatal

Membro Titular Denner Dias Casagrande

Pedro Paulo de Oliveira Fagundes – Representante do Setor Público ou Estatal

Membro Titular Pedro Paulo de Oliveira Fagundes

Luiz Carlos Machado Rodrigues – Representante dos Diretores Gerais dos Campi

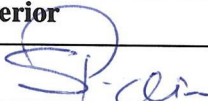
Membro Suplente Luiz Carlos Machado Rodrigues

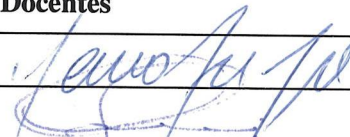
Ademir José Pereira – Representante dos Diretores Gerais dos Campi

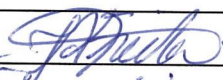

Membro Suplente Ademir José Pereira

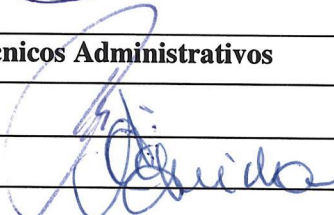
SA

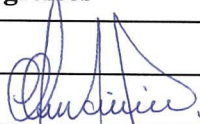
LISTA DE PRESENÇA
Reunião Ordinária de 06/06/2011

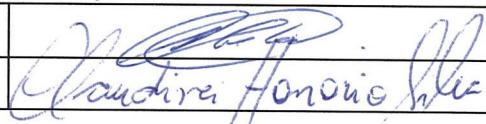
1. Presidente do Conselho Superior		
Titular	Sérgio Pedini	

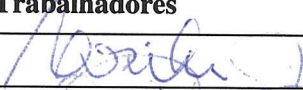
2. Representantes Servidores Docentes		
Titular	Mauro Alberti Filho	
Suplente	Cléber Ávila Barbosa	

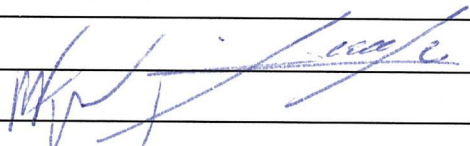
3. Representantes Corpo Docente		
Titular	Juliano Antônio de Freitas	 
Suplente	Marcelo Rodrigo de Castro	

4. Representantes Servidores Técnicos Administrativos		
Titular	Wanderley Fajardo Pereira	
Titular	Antônio Carlos Guida	


5. Representantes dos Egressos		
Suplente	Michael Diego Rozendo	
Titular	Marco Antônio Ferreira	

6. Representantes Entidades Patronais		
Titular	Antônio Carlos Anderson	
Titular	Claudinei Honório da Silva	

7. Representantes Entidades Trabalhadores		
Titular	José Olímpio da Silva	
Titular	Elissa de Castro Caixeta Azevedo	

8. Representantes do Setor Público ou Estatais		
Titular	Denner Dias Casagrande	
Titular	Pedro Paulo de Oliveira Fagundes	

9. Representantes SETEC/MEC		
Titular	Mário Sérgio Costa Vieira	

10. Representantes Diretores Gerais dos Campi		
Titular	Luiz Carlos Machado Rodrigues	
Suplente	Ademir José Pereira	